

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

6JECIVBSB

6º Juizado Especial Cível de Brasília

Número do processo: 0733508-75.2020.8.07.0016

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: _____

REU: SMARTFIT ESCOLA DE GINASTICA E DANÇA S.A.

SENTENÇA

Trata-se de processo de conhecimento no qual a autora afirma que realizou matrícula na academia ré em 10/03/2020; que, logo em seguida, as academias foram fechadas em razão das medidas de contenção da pandemia de coronavírus; que o cancelamento apenas poderia ser realizado presencialmente; que, após a liberação das atividades pelo GDF, compareceu à academia no dia 14/07/2020, realizando o cancelamento; que a ré ainda cobrou a mensalidade vencida no mês de agosto de 2020; que a cobrança é abusiva; que sofreu dano moral. Pede a restituição em dobro e compensação por danos morais.

A ré argui preliminar de perda do objeto. No mérito, afirma que os planos foram congelados durante o período de fechamento, não havendo cobrança de mensalidades; que, após a reabertura permitida pelo GDF, as mensalidades voltaram a ser cobradas; que a autora realizou o cancelamento a menos de 30 (trinta) dias da próxima mensalidade, o que a faz devida conforme contrato; que não houve cobrança indevida e nem danos morais a serem compensados. Pede o acolhimento da preliminar e, subsidiariamente, a improcedência do pedido.

Réplica no ID 80477683.

DECIDO.

O processo comporta julgamento antecipado, conforme inteligência do art. 355, inciso I, do CPC.

DA PRELIMINAR

Rejeito a preliminar de ausência de interesse processual, uma vez que o cancelamento do plano não é o objeto desta ação. A pretensão inicial se resume ao pedido de ressarcimento e compensação por danos morais.

DO MÉRITO

De início, cumpre observar que se aplicam ao caso os ditames do Código de Defesa do Consumidor, pois as partes se enquadram nos conceitos previstos nos arts. 2º e 3º daquele diploma legal.

Com efeito, não há controvérsia no caso acerca do cancelamento do contrato realizado a pedido da autora no dia 14/07/2020. O contrato celebrado entre as partes possui cláusula que disciplina as regras para o cancelamento, cuja redação é a seguinte:

“Você poderá solicitar o cancelamento do plano a qualquer momento, em qualquer unidade Smart Fit, sem cobrança de multa, mediante assinatura de requerimento disponível nas unidades, com antecedência mínima de 30 dias da próxima cobrança. Atraso superior a 30 dias no pagamento de qualquer obrigação



contratual, ou três atrasos num mesmo período de vigência do plano, consecutivos ou não, mesmo que inferiores a 30 dias, poderão acarretar o cancelamento do contrato, a critério da Smart Fit. Em caso de descumprimento de outras obrigações, tanto você como a Smart Fit poderão rescindir o contrato imediatamente.”

No caso, a autora solicitou o cancelamento no dia 14/07/2020, a menos de 30 (trinta) dias do próximo vencimento, ocorrido em 10/08/2020. Assim, observados os termos contratuais, não houve cobrança indevida, mesmo porque os serviços ainda estavam disponíveis à autora até 09/08/2020, último dia do período de faturamento da mensalidade vencida em 10/08/2020.

Veja-se que o contrato não prevê cláusula abusiva, porque não prevê obrigação iníqua ou ainda por colocar o consumidor em exagerada desvantagem, nos termos do art. 51 do CDC. Ao contrário, prevê apenas que, iniciado o período de faturamento, a mensalidade será devida. A parte autora foi devidamente informada e anuiu aos termos do contrato livremente.

Destaco, por fim, que a liberação das atividades da academia ocorreu pelo Decreto 40.939 do dia 02/07/2020, o qual previu a retomada das atividades a partir do dia 07/07/2020. Assim, se tivesse a autora comparecido à academia antes do dia 10/07/2020 e solicitado o cancelamento, a mensalidade de agosto não seria cobrada.

Nestes termos, não houve cobrança indevida e nem fato capaz de causar à autora dano moral, de modo que a improcedência do pedido é medida que se impõe.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido.

Resolvo o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I do CPC.

Sem custas e honorários advocatícios, conforme disposto no artigo 55, "caput" da Lei nº 9.099/95.

Após o trânsito em julgado, não havendo provimentos jurisdicionais pendentes, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Publique-se. Sentença registrada eletronicamente. Intimem-se.

Brasília-DF, 11 de janeiro de 2021.

Marília de Ávila e Silva Sampaio

Juíza de Direito



